

## **Reunião Comissão de Informática 03 de dezembro de 2012**

Presentes Des. Ricardo Gehling, Des. João Pedro Silvestrin, Juíza Maria Silvana Tedesco e Juíza Julieta Pinheiro Neta. Acompanharam a Assessora de Informática da Corregedoria, Janine Scharlau e a Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Natacha Moraes de Oliveira.

O Presidente da Comissão, Des. Ricardo Gehling, deu início à reunião às 16:30 horas, apresentado a pauta proposta. A seguir, Natacha apresentou o status dos projetos aprovados no PDTI 2012. A seguir, apresentou a revisão do Planejamento Estratégico, desenvolvido pela equipe técnica e as propostas de alteração, incluindo mudanças no mapa estratégico da TIC. A proposta foi aprovada por unanimidade. A SETIC encaminhará à Comissão, até o final do mês de fevereiro, caderno contendo o Planejamento Estratégico de TIC revisado.

Sobre os projetos em andamento, Natacha falou sobre o das “Comunicações Unificadas”. Informou que a empresa vencedora do processo licitatório foi a Google e que a área técnica já estava trabalhando na migração do atual sistema de correio eletrônico. Dentre os diversos serviços contratados junto à empresa, determinou a Comissão que sejam colocados em produção, no primeiro lançamento, dia 14 de dezembro, o correio eletrônico, contatos, agenda e chat. Foi informado que esses serviços foram liberados apenas para uso institucional, ou seja, somente será possível conversar em tempo real com usuários cadastrados no domínio do TRT. Entretanto, Natacha alertou que o bloqueio existente no filtro de conteúdo, que atende a política de segurança vigente, que impedia o uso de softwares de conversa instantânea, precisou ser retirado para que essa ferramenta operasse corretamente. A Comissão aprovou o procedimento adotado e indicou a revisão da política de segurança para que seja adequada ao procedimento atual. As demais ferramentas disponibilizadas pelo contrato com a Google serão liberadas em março, quando o projeto de comunicação interna, em desenvolvimento conjunto com a equipe da Secretaria de Comunicação Social, será lançado oficialmente pela Administração.

A seguir, foi analisada proposta de política de gestão de equipamentos, que visa a racionalizar a quantidade de equipamentos por unidade, bem como estabelecer um padrão mínimo a ser observado. Após correção da numeração dos artigos na minuta, SETIC encaminhará para a Presidência, a fim de que seja a mesma formalizada através de norma específica.

Em assuntos diversos, foram tratados os que seguem:

- Vinculação da telefonia do TRT à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações. Fica com a SETIC a parte referente à infraestrutura de telefonia e projetos a ela vinculados.
- Problema de instalação de plug-ins de bancos com sistemas corporativos. Atualmente, a incompatibilidade é com o Banco Santander. Delibera a Comissão pela não instalação de plug-ins que tenham incompatibilidade com sistemas em uso no TRT.
- Plantão de TI para magistrados: o plantão existe há alguns anos mas, em todo o período, recebeu apenas 13 ligações. Ainda, há dificuldade em alocar servidores como plantonistas pois, com a equipe menor que o necessário, não é possível inverter os horários de trabalho ou remunerar como horas extras essa atividade. A Comissão solicita à SETIC que apresente, na próxima reunião, duas alternativas para a manutenção do plantão.
- Solicitação da Vara de Santa Rosa para colocação de scanner para a equipe de apoio à Direção do Foro. Objetivo: digitalizar mandados cumpridos dos oficiais de justiça para juntar aos processos eletrônicos. Comissão delibera pela alocação de uma impressora multifuncional da 1ª para a 2ª VT, considerando que a primeira tem

- número de impressoras superior ao padrão proposto.
- Notebooks de magistrados: atualmente o patrimônio dos notebooks dos magistrados fica vinculado à unidade onde ele atua. Entretanto, como os juízes mudam de Vara, é preciso vincular o patrimônio a outra unidade. Comissão orienta que devem ser os notes dos juizes patrimoniados para a Assessoria de Juízes.
  - Tablets: a licitação foi cancelada pois, após tantos meses, os valores praticados estavam acima do valor de mercado. Uma das opções é realizar nova licitação, entretanto, não de tablets e sim, de conexão 3G, com tablet em comodato. SETIC realizará pesquisa junto às empresas de telefonia que comercializam esse produto.
  - Atendimento específico para as sala de audiência: Dra. Maria Silvana solicitou atendimento às salas de audiência, preferencialmente por equipe própria do TRT. Natacha explicou que foi treinada empresa contratada, para atender com excelência eventos em sala de audiência e disponibilizará ramal específico para esse tipo de atendimento. Comissão deliberou favoravelmente ao atendimento especial, nos moldes propostos pela SETIC e aceitos pela Diretora do Foro de Porto Alegre.
  - Fornecimento de monitor de 23 polegadas para magistrados de localidades que recebem o PJe: aprovado o fornecimento.
  - Apresentação do dispositivo do Voto aos advogados. Solicitação Des. Ricardo Fraga. Comissão deliberou que foge da competência da Comissão, por tratar-se de sistemática institucional e, assim, deve ser a solicitação submetida ao Pleno.
  - Cedência dos códigos-fonte do Assinejus para Tribunais solicitantes: Comissão delibera pela cedência dos códigos-fonte aos Tribunais que solicitarem.
  - Rede Wireless: equipamentos em instalação. Previsão de conclusão no mês de janeiro.
  - Memorial solicita novas adaptações no Infor: Comissão delibera pelo treinamento da equipe do Memorial no sistema desenvolvido e entregue em março antes de avaliar novos pedidos do Memorial.
  - Alterações no Infor para atender controle sobre o pagamento de honorários periciais: aprovadas para o primeiro trimestre de 2013, alterações no Infor para que a requisição de honorários tramite eletronicamente no Tribunal e forneça informações de modo automático à Secretaria de Orçamento e Finanças e aos peritos.
  - Solicitação da ouvidoria de disponibilizarmos consulta de jurisprudência por órgão julgador: se mostrou complexa pois é preciso desenvolver sistema para controle de órgão julgador e Desembargador, no momento em que estavam vinculados. Comissão delibera pelo não atendimento.
  - Programador cedido ao PJe, atendendo ofício do Ministro solicitando programadores até o final do ano, pediu desligamento do projeto. Comissão aprova não sugerirmos outro nome tendo em vista que resta poucos dias para o final do ano.

Fica agendada apresentação da revisão da estratégia da TIC para o mês de fevereiro, em data a ser combinada.

Reunião encerrada às 18:45 horas.